



SEÇÃO LIVRE

Territórios, territorialidades e multiterritorialidades: a fronteira como elemento de análise

Territories, territorialities and multi-territorialities: the frontier as element of analysis

Territorios, territorialidades e multi-territorialidades: la frontera como elemento de análisis

Giuliano Derrosso¹

orcid.org/0000-0002-2360-411X
gderrosso@yahoo.com.br

Recebido em: 13 set. 2019.

Aprovado em: 19 abr. 2021.

Publicado em: 19 ago. 2022.

Resumo: Este artigo tem por objetivo a discussão do conceito de fronteira, dentro de uma perspectiva moderna que inclua as concepções de territórios, territorialidades e multiterritorialidades. Neste contexto, busca-se a compreensão teórica desses conceitos e, na sequência, por meio de três exemplos de fronteiras da atualidade, procura-se estabelecer de que forma a fronteira é vivenciada e transformada, diariamente, saindo de uma concepção teórica para a rotina de quem vive nesta realidade. Através do histórico e de dados atuais, foi possível verificar que a compreensão da fronteira como limite é superada diariamente por movimentos presentes nas territorialidades, que podem ser verificados nas relações sociais, culturais, de trabalho e, fundamentalmente, nas identidades pessoais. Utilizando-se de metodologia de pesquisa bibliográfica e documental, foi possível caracterizar tais exemplos de fronteira e inseri-los na discussão das multiterritorialidades.

Palavras-chave: Fronteira. Territorialidades. Multiterritorialidade.

Abstract: This article aims to discuss the concept of frontier, within a modern perspective that includes the conceptions of territories, territorialities and multiterritorialities. In this context, we seek the theoretical understanding of these concepts and then, through three examples of current frontiers, we seek to establish how the frontier is experienced and daily transformed, leaving a theoretical conception, for the routine of those who live in this reality. Through historical and also current data it is possible to verify that the understanding of the border as a limit is surpassed daily by movements present in these territorialities that can be verified in social, cultural, work relations and, fundamentally, in personal identities. Using a bibliographic and documentary research methodology, it was possible to characterize these frontier examples and insert them in the discussion of multiterritorialities.

Keywords: Border. Territorialities. Multiterritoriality.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo discutir el concepto de frontera, dentro de una perspectiva moderna que incluye las concepciones de territorios, territorialidades y multiterritorialidades. En este contexto, buscamos la comprensión teórica de estos conceptos y luego, a través de tres ejemplos de fronteras actuales, buscamos establecer cómo se experimenta la frontera y cómo se transforma diariamente, dejando una concepción teórica para la rutina de quienes viven en esta realidad. A través de datos históricos y también actuales, es posible verificar que la comprensión de la frontera como límite es superada diariamente por los movimientos presentes en estas territorialidades que pueden verificarse en las relaciones sociales, culturales, laborales y, fundamentalmente, en las identidades personales. Utilizando una metodología de investigación bibliográfica y documental, fue posible caracterizar estos ejemplos fronterizos e insertarlos en la discusión de las multiterritorialidades.

Palabras clave: Frontera. Territorialidad. Multiterritorialidad.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC), Foz do Iguaçu, PR, Brasil.

Introdução

O objetivo deste artigo é discutir o conceito de fronteira dentro de uma concepção que reflita a realidade vivenciada nessas territorialidades. Dentro dos conceitos teóricos de territórios, territorialidade e multiterritorialidades, busca-se analisar a realidade da fronteira por três exemplos discutidos. Do ponto de vista metodológico, utilizou-se de pesquisa bibliográfica e documental para estabelecer dados, elementos econômicos e sociais dos exemplos de fronteiras trazidos aqui.

Inicialmente, apresentam-se os conceitos de território, territorialidades e multiterritorialidades. Dentro da concepção de território, busca-se aprofundar as bases para a discussão de fronteira que será realizada na sequência. Como forma de exemplificar os conceitos, o artigo procura trazer três exemplos de fronteiras no mundo, buscando suas relações de constituição históricas, econômicas, geográficas e sociais.

As concepções de fronteira, que conhecemos tradicionalmente, vêm enfrentando uma série de mudanças, o que torna necessário repensar a forma como conhecemos e definimos tal conceito. Um dos fenômenos que podem ser observados nas territorialidades de fronteira é a concentração *versus* dispersão, que é organizada dependendo-se das condições dessas fronteiras. Pode-se pensar que em fronteiras abertas existiria mais concentração, enquanto em fronteiras fechadas seria encontrada mais dispersão, mas a análise detalhada pode trazer outras nuances. Da mesma forma, não é somente a densidade populacional que deve ser levada em consideração para a definição das áreas supracitadas.

Na realidade, pode-se afirmar que concentração e dispersão coexistem em um mesmo território, fruto de busca, por parte dos indivíduos, de melhores condições econômicas e de vida, de forma geral. Em fronteiras onde se encontram as cidades gêmeas, os fenômenos de concentração são mais significativos, condição que pode ser observada na fronteira entre Brasil – Paraguai – Argentina, e na fronteira EUA – México, considerada fechada. A concentração favorece uma unidade territorial e identitária, a partir da

constituição de elementos comuns ou aceito pela maior parte dos habitantes desse território.

Já o processo de dispersão é percebido em fronteiras com altos confrontos entre as partes, em regiões muito militarizadas, onde os controles fronteiriços acabam por expulsar quaisquer atividades econômicas do território. Este tipo de fronteira se encontra, especialmente, em regiões de conflito do Oriente Médio. A própria dispersão, de certa forma, auxilia no controle de toda a fronteira, pois permite a ocupação de uma extensão de área, por núcleos habitacionais dispersos.

Mais modernamente, em função da economia mundial e regional, talvez seja necessário ampliar a compreensão de fronteiras, de modo a enxergá-las como algo mais flexível do que a ideia tradicional de limite e de contenção, ou mesmo da fronteira-separação. Pode-se ver a fronteira como um espaço de transição ou mesmo de interface entre países vizinhos que estabelecem um conjunto de relações, desde seus aspectos econômicos até a vida das suas populações (CARNEIRO, 2016).

A fronteira vive constantemente de fluxos de aproximação e de separação, buscando compreender as mudanças que ocorrem no mundo e, por outro lado, de defender o Estado como garantidor das liberdades individuais e de cidadania. No mundo atual, marcado pelas questões de circulação, a mudança das funções das fronteiras se torna uma discussão relevante para uma maior fluidez do espaço.

Paradoxalmente, o que se percebe hoje é que o limite e a fronteira, que foram criados para delimitar território e "por fim", com precisão na divisão, estão virando zonas de interfaces e de transição entre mundos tomados como distintos. Assim, têm-se no nosso tempo que as fronteiras nunca foram tão fechadas e, ao mesmo tempo, nunca foram tão vulneráveis (HISSA, 2006; HAESBAERT, 2014).

1 Territórios, Territorialidades e Fronteiras

Dentre as diferentes compreensões de territórios, temos o conceito de Jean Gottmann (1980).

Para ele, a compreensão de território se dá a partir do resultado das ações de cada sociedade demarcando e controlando o espaço, seja ela demarcação jurídica, cultural e econômica. Isso traz para a discussão a soberania do Estado (em função da segurança) e a interdependência no nível internacional. Já o conceito de territorialidade corresponde à circulação (favorece a fluidez) e à iconografia (símbolos religiosos e políticos). Também engloba a vinculação à ação do Estado ao mercado, aos regionalismos e à ação de uma autoridade. Percebe-se na ênfase dessas definições o caráter do Estado nas relações territoriais e a divisão política do espaço.

Outro autor que discute os conceitos de territorialidade e territórios é Claude Raffestin (1994). Ele define o território como fronteiras e frentes de ocupação e povoamento, desde os aspectos econômicos e geopolíticos. O território é resultado das relações de poder multidimensionais, um produto histórico, relacional e material. Para o conceito de territorialidade, Raffestin aborda o que significa relações de poder: alteridade e exterioridade, relações biossociais e múltiplas. Corresponde ao espaço vivido espaço-temporalmente. Nessa abordagem, vê-se o enfoque relacionar e reticular, destacando o papel das redes, nós e relações de poder que se estabelecem para formar uma territorialidade.

Raffestin (1992) propõe para identificar territórios criados, a partir de situações culturais, algumas categorias: a primeira é chamada de território do cotidiano, sendo o território atual, de todos os dias, no qual se garante a satisfação das necessidades. É caracterizado mais pelas discontinuidades e, por isso, pode ser considerado um arquipélago de lugares isolados uns dos outros. "O território do cotidiano é, ao mesmo tempo, aquele da tensão e da distensão, aquele de uma territorialidade imediata, banal e original [...], previsível e imprevisível [...], território dos fatos de crônica [...]" (RAFFESTIN, 1993, p. 6-7). Cada indivíduo concebe seus territórios para estabelecer seu cotidiano de relações, de vida e de significações, criando uma certa discontinuidade espacial e temporal na vivência do indivíduo no

seu território.

Em uma segunda concepção de território, Raffestin (1992) propõe chamar o território das trocas onde há uma articulação entre o regional, o nacional e o internacional por meio da circulação de mercadorias. O território é aberto e fluido e está em constante movimento de mudanças. As trocas são estabelecidas e intercâmbios são criados por diferentes territórios. Nessa condição, percebe-se a fluidez e o movimento que caracterizam os territórios.

O território de referência é aquele onde se encontram o material e o imaterial; o histórico e o imaginário, subjetivo (memória individual e/ou coletiva). "O território de referência é justamente aquele dos antecedentes" (RAFFESTIN, 1993, p. 7). Não é o território em que se habita, mas aquele em que se habitou ou se conhece por intermédio de leituras e memória. São imagens que nutrem a identidade atual. Tal território é aquele onde a memória, seja individual ou coletiva, localiza na história do sujeito as vivências e experiências da vida cotidiana que servem de referências para a própria constituição das identidades

Por fim, Raffestin (1993) traz a ideia do território sagrado: está ligado à religião e à política, como ocorre em Jerusalém e Roma. Nas festas e cerimônias se efetivam sacralidades, territorialidades, rituais que caracterizam traços identitários (p. 9). Muitas vezes, esses territórios são reconhecidos pelas tradições religiosas e delimitam um conjunto de tradições, hábitos e padrões de comportamento e pensamento comuns.

Com essas determinações de Raffestin (1993), percebe-se a dinâmica e as múltiplas funções que o território pode assumir a partir das apropriações materiais e simbólicas que as pessoas fazem e a utilidade que se coloca em determinado ambiente.

Na busca de outras definições e interpretações, Francesco Indovina e Donatella Calabi (1974) conceituam o território como produto e condições das relações capitalistas de produção junto com a atuação do estado. Resultado do uso e da apropriação do espaço para produção, circulação, valorização do capital e reprodução

dos trabalhadores. E o conceito de territorialidade segue o mesmo enfoque, destacando a relação capital-trabalho, vinculada à reprodução e valorização do capital. Percebe-se nessas definições a influência de autores como Marx e Castells, em uma abordagem materialista, relacional e com caráter político de denúncia bem-definido.

Na concepção de Saquet (2015, p.107), é apontada a territorialidade em quatro níveis correlatos: a) como relações sociais, identidades, diferenças, redes, malhas, nós, desigualdades e conflitividades; b) como apropriações do espaço geográfico, concreta ou simbolicamente, implicando dominações e delimitações precisas ou não; c) como comportamentos, objetivos, metas, desejos e necessidades; e, por fim d) como práticas espaço-temporais, pluridimensionais, efetivadas nas relações sociedade-natureza, ou seja, relações sociais dos homens entre si (de poder) e com a natureza exterior por meio dos mediadores materiais (técnicas, tecnologias, instrumentos, máquinas etc.) e imateriais (conhecimentos, saberes, ideologias etc.). A territorialidade é processual e relacional ao mesmo tempo.

Ainda, conforme Saquet (2009), territórios compreendem quatro elementos principais: a) as relações de poder; b) as redes de circulação e comunicação; c) as identidades; e d) a natureza. Logo, para se entender as territorialidades, é necessário analisar os elementos e seus relacionamentos. Importante ressaltar, aqui, o elemento da identidade enquanto componente de territorialidades.

Conforme abordam Souza e Pedon (2007), a relação que se estabelece entre identidade e território cria a forma de um constante processo em movimento, que vai se constituindo ao longo do tempo e tem como seu principal elemento o sentimento de pertencimento ou apropriação do indivíduo ou do grupo junto ao seu espaço de convivência ou sua localidade. O que torna o caráter de território ao espaço é o sentimento de apropriação do espaço enquanto local de práticas, da cultura e da interação do indivíduo com a sociedade. **É na** relação que o indivíduo vai criando suas identificações com o espaço e

com tudo o mais que está à sua volta. O conhecimento dessa ordem simbólica, por meio de suas manifestações materiais e imateriais, poderia esclarecer as relações que os atores sociais estabelecem com o espaço e entre si mesmos.

Eis a visão ampliada por Haesbaert (1988, p. 78):

O espaço é, portanto, palco de dimensões simbólicas e culturais que o transforma em território a partir de uma identidade própria criada pelos seus habitantes que o apropriam, não necessariamente como propriedade, mas com a ideologia-cultural manifestada nas relações políticas, sociais, econômicas e culturais. Destarte é pertinente a afirmação de que "toda identidade só se torna ativamente presente na consciência e na cultura de sujeitos e de um povo quando eles se veem ameaçados a perdê-la".

No referido trecho, Haesbaert (1988) destaca a relação direta que o espaço tem, no momento em que um conjunto de dimensões culturais e simbólicas o transforma em território, sendo criado a partir das realidades dos indivíduos que vão conferindo sentido ao espaço. Por meio das atuações e manifestações sociais, políticas, econômicas e culturais, o indivíduo vai ampliando a relação identidade-território e passa a identificar aquele espaço enquanto uma extensão da sua própria identidade ou algo que justifica sua essência enquanto indivíduo. Segundo Rebouças (2000), a mudança incide sobre os modos de ocupação e de apropriação do espaço, sobre o universo de práticas econômicas e sociais, os valores e as representações vinculados ao ecossistema local, seu conhecimento acumulado sobre os usos materiais e simbólicos da natureza.

A partir da compreensão do território e da territorialização, passa-se a apresentar a ideia dos múltiplos territórios ou de territórios-rede. Haesbaert (2014, p. 72) traz as múltiplas territorializações como:

a) territorializações (para quem efetivamente exerce o controle) de caráter mais desterritorializante (para quem é subordinado), "espaços de indistinção" entre legal e ilegal, exceção e regra, desidentificadores e destituidores de cidadania, como os campos de refugiados e outros espaços nos quais se tenta conter a massa de precari-

zados, genericamente definidos por Agamben (2004), como "campos" tendo no seu extremo os campos de concentração);

b) territorializações mais fechadas, quase "uniterritoriais" no sentido de imporem a correspondência entre poder político e identidade cultural, ligadas ao fenômeno de territorialismo, como nos territórios político-administrativos defendidos por grupos étnicos que se pretendem culturalmente homogêneos, não admitindo uma pluralidade territorial de poderes e identidades;

c) territorializações político-funcionais mais tradicionais, como a do Estado-nação, que, pelo menos quando referido mais ao território do que ao "sangue" (do contrário equivaleria ao caso anterior), mesmo admitindo certa pluralidade cultural (sob a bandeira de uma mesma nação enquanto comunidade imaginada – ANDERSON, 1989), não admite a pluralidade de poderes;

d) territorializações efetivamente múltiplas – uma multiterritorialidade em sentido estrito, construída por grupos que se territorializam na conexão flexível de territórios-rede multifuncionais, multigestionários e multi-identitários, como no caso de alguns grupos pertencentes a diásporas de migrantes.

Como se depreende, nessas diferentes concepções de multiterritorialização, foi adotada na presente pesquisa a concepção da flexibilidade de territórios-rede, onde a diversidade é percebida e valorizada, como o caso de uma territorialidade transfronteiriça, conceito que será apresentado na sequência; ou seja, na modernidade, a ideia de territórios fixos vai ser superada por uma perspectiva que leve em consideração as características da fragmentação e da simultaneidade, na qual não se pode mais distinguir facilmente onde começam e onde terminam determinados territórios.

Para a análise do elemento fronteira, adotou-se a concepção de território, das territorialidades e das multiterritorialidades, considerando o caráter contínuo ou descontínuo da multiterritorialidade, até que ponto ela ocorre pela justaposição (encaixe), em um mesmo espaço, de múltiplos territórios, e até que ponto ele corresponde à

conexão de múltiplos territórios, em rede (HAESBAERT, 2014).

As fronteiras como elemento de análise

Haesbaert (2014, p.92) traz a dimensão de território composto por fronteiras não obrigatoriamente bem-definidas e sem uma clara distinção entre "dentro" e "fora" (apesar de se reconhecer que fronteiras são mais definíveis político-territorialmente do que as delimitações indicadas pela conceituação de lugar), pois proliferam hoje situações de ambiguidade mesmo em territórios aparentemente melhor demarcados; ou seja, do ponto de vista do espaço vivido, a fronteira parece ter uma importância menor do que sua função de limite político e econômico.

Para se compreender o conceito de fronteira, faz-se necessário discutir as questões de limite que, na verdade, trazem uma reflexão sobre divisão, algo em que se pretende separar ou anunciar uma diferença que, de alguma maneira, não pode estar ligado ou junto. O limite é algo que foi colocado, entre dois ou mais mundos, marcando a necessidade de uma diferença e de uma separação. Assim, o limite pode dificultar o exercício da liberdade individual, do livre trânsito das pessoas e das ideias (HISSA, 2006).

O limite cria a separação entre o "eu" e o "outro", cria a noção de propriedade e a necessidade de controle e de vigilância sobre o que é meu, separa as visões de mundo, delimita áreas de atuação e fronteiras. Entretanto, os conceitos de fronteira e limites, apesar de terem aproximações, podem revelar suas diferenças. Enquanto o limite pode ser entendido como uma linha abstrata, a fronteira pode ser e é um espaço abstrato por onde passa o limite. Essas diferenças foram explicadas por Hissa (2006, p. 34):

O marco de fronteira, reivindicando o caráter de símbolo visual do limite, define por onde passa a linha imaginária de determinados territórios. Fronteiras e limites ainda parece dar-se as costas. A fronteira coloca-se à frente (front), como se ousasse representar o começo de tudo onde exatamente parece terminar; o limite, de outra parte, parece significar o fim do que estabelece a coesão do território. O limite visto do território, está voltado para dentro, enquanto a fronteira, imaginada do mesmo lugar, está voltada para

fora como se pretendesse a expansão daquilo que lhe deu origem. O limite estimula a ideia sobre a distância e a separação, enquanto a fronteira movimenta a reflexão sobre o contato e a integração. Entretanto, a linha que separa os conceitos é espaço vago e abstrato (HISSA, 2006, p. 34).

Outro aspecto que não se pode esquecer na discussão dos limites, é a questão do poder. Limites existem para demarcar espaços de poder e domínios de territórios. Existem para dar precisão necessária para o exercício do poder, delimitando seu espaço de atuação, de hegemonia e de controle. Além do poder, tem-se a existência da ética, dos comportamentos e da cultura local. Para isso, muitas vezes, é necessária a criação de marcos, imagens, territórios que tornam objetiva a abstração do limite. E nessas condições é que surgem as fronteiras. Da mesma forma, isto não significa que limites e fronteiras não possam ser transgredidos.

É possível encontrar uma diversidade de autores que procuram estudar e definir o que é a fronteira. Newman (2008) aborda que a linguagem em que está se discutindo a questão de fronteiras vem mudando ao longo do tempo. Quando se fala em fronteirização, a fronteira pode ser vista como dispositivo de regulação dos processos de inclusão-exclusão, basicamente, se referindo à fronteira estatal. Porém, hoje se discute fronteira do ponto de vista multidimensional, compreendendo as relações de poder e de manifestação territorial em que estão dispostas. Para Carneiro (2016, p. 20),

inventada na Europa, no século XIII, a fronteira surgiu como a função inicial de definir a distribuição das áreas entre Estados Territoriais. Na história da humanidade, a demarcação de fronteiras ocupa uma posição de destaque tanto nos tratados de paz como na convivência pacífica entre os povos.

O autor Haesbaert (2008), ao refletir sobre questões de fronteira, aborda que elas devem ser vistas mais como zonas do que como linhas. Ao olhar a fronteira enquanto zona, além das questões inerentes ao Estado, as questões econômicas de circulação de mercadorias e políticas devem ser consideradas. As fronteiras,

para Haesbaert (2008), constituem zonas vivas ou naturais, identificadas por elementos físicos, ou artificiais, apresentadas pela visão geopolítica do estado.

Antes de serem fronteiras, os territórios passam por demarcações e limites, sendo apontados como espaços de poder e de necessidade de controle, na afirmação de Hissa (2006, p. 39):

A demarcação e a própria marca podem ser entendidas como iniciativas que definem momentos introdutórios do estabelecimento do poder. Contudo, eles podem ser projetados indefinidamente para o futuro, como resposta à necessidade de controle contínuo ou a situação de disputa permanente. A marcação do território: o marco de fronteira, a fronteira. Para Foucault, a fronteira é apenas um símbolo de poderes; a manutenção do governo e o controle dos domínios não se dariam, de fato, através do estabelecimento e da proteção da fronteira: "mais do que os problemas de legitimidade de um soberano sobre um território, o importante será o conhecimento e o desenvolvimento das forças de um Estado" (HISSA, 2006, p. 39).

Cury (2010, p. 61) afirma que toda fronteira é uma demarcação política representativa da dominação do Estado, mesmo como um traço físico de territórios. É um campo de forças, de disputa. Seu estabelecimento sempre envolverá negociações ou conflitos entre os Estados envolvidos.

Sendo assim, percebe-se nas definições de fronteiras que, para os autores, está associada a ideia de limite, demarcação de espaço físico e econômico e, principalmente, a ideia de um poder exercido. Para Haesbaert (2014, p. 126), o território observado como um *continuum* funciona desde um caráter mais material-funcional até aqueles com carga mais simbólica. No primeiro caso, vinculados à ideia de controle de mobilidade via fortalecimento de limites ou fronteiras e, no segundo caso, controle no campo do vivido e dos simbolismos. Tal conjectura é muito importante para a ideia de Estado, pois ele se fortalece por meio da entidade territorial material e sua concepção simbólica (especialmente a ideia de nação).

Por outro lado, percebe-se que as funções tradicionais das fronteiras estão sendo modificadas em virtude do que ocorre com o sistema dos Estados Nacionais, por meio da criação de

blocos regionais como o Mercosul e União Europeia. Entretanto, não é raro ver algum movimento internacional que pretende novamente impor uma separação das fronteiras, principalmente com o discurso de controle da criminalidade, do terrorismo e da imigração. Logo, a discussão de fronteira passa, ora por momentos de maior aproximação e integração, ora por movimento de separação, controle e exercício da soberania do Estado Nacional.

Haesbaert (2014, p. 136) assinala que esta situação levou a uma relativa debilitação da capacidade do Estado, não só de exercer controle externo, sobre fluxos de fronteiras, como de intervir, internamente, na (re)configuração de regiões e de territórios e na redução das desigualdades, sobretudo, por meio do planejamento econômico-territorial no sentido integrado.

Trillo Santamaria e Lois González (2011) apresentam os principais fatos históricos que estão modificando os estudos e a compreensão sobre fronteiras, a partir do século XX:

a) a aproximação das duas Europas, reforçada através das ampliações e das aproximações promovidas pelas UE e as políticas de cooperação transfronteiriça interna e externa, iniciadas a partir dos anos 1960 e que tomam um importante impulso com os fundos econômicos das Interregs;

b) na Europa do oeste se aceleram os processos de integração com a assinatura do Tratado de Maastricht e o estabelecimento da União Europeia, em 1992, com a consolidação de um mercado único, livre circulação de mercadorias, serviços e pessoas;

c) o fim da Guerra Fria e o colapso da União Soviética, produzindo mudanças nas fronteiras que se fixaram ao finalizar a Segunda Guerra Mundial;

d) os processos de independência (Estônia, Letônia, Lituânia), separação (Tcheca e Eslováquia), reunificação (Alemanha), que fazem ressurgir os problemas étnicos;

e) perda do protagonismo do Estado-nação que se vê superado e esvaziado de poder tanto por instâncias superiores (UE, NAFTA, Mercosul) como inferiores (múltiplos atores locais e regio-

nais, ONGs);

f) ressurgimento das identidades etnoterritoriais em plena era global, em que os nacionalismos se apresentam como chave identitária frente aos movimentos de globalização e de homogeneização.

g) ameaças de caráter global que afetam a proteção do médio ambiente e o terrorismo internacional, envolvendo o tema de segurança nas fronteiras, migração e controle.

Outro fenômeno observado nas fronteiras são as cidades gêmeas, que se desenvolvem em conjunto, apesar das diferenças administrativas e de políticas existentes entre elas. Ao mesmo tempo que essas cidades podem criar fluxos de integração e de compreensão, elas podem gerar ambiente de tensão e de demandas de separação, como por exemplo na fronteira EUA – México, entre as cidades de El Paso e Ciudad Juárez. Em função das diferenças político-administrativas dessas cidades, verifica-se um desenvolvimento desigual nas condições de vida e de oportunidades geradas por cada cidade. Somente com políticas de cooperação bilateral é que as desigualdades serão diminuídas, proporcionando um espaço de maior integração transfronteiriça.

Para ilustrar o que a teoria propõe a respeito de fronteiras, são trazidos aqui três exemplos das atuais fronteiras mundiais, enfocando seu processo histórico e considerações sobre como se encontra na geopolítica mundial. Esses exemplos foram escolhidos em função do histórico de constituição da fronteira, sendo inicialmente uma territorialidade comum e que por aspectos políticos ou econômicos as fronteiras foram erigidas e sustentadas para manter o poder de um Estado-Nação. São apresentadas as fronteiras entre a cidade de El Paso (EUA) e Ciudad Juárez (México); a fronteira entre a Irlanda e a Irlanda do Norte; e a fronteira entre a Galícia (Espanha) e o Norte de Portugal.

3.1 A fronteira entre El Paso (EUA) e a Ciudad Juárez (México)

Dentre o estudo das fronteiras, certamente um caso que desperta interesse de pesquisadores

é a fronteira Estados Unidos com o México. Por todas as questões geopolíticas que a circundam, foram reavivadas pela biopolítica de construção dos novos muros, proposta pelo presidente dos EUA, Donald Trump (HAESBAERT, 2017).

Essa fronteira tem uma extensão de 3.326 km, sendo reconhecida pela complexidade e heterogeneidade entre as territorialidades, que envolvem quatro estados americanos e seis estados mexicanos.

Segundo Alvarez (1993), a partir do tratado de Guadalupe-Hidalgo, de 1848, ao final de Guerra de Intervenção Americana, no qual o México cedeu os estados de Califórnia, Nevada, Arizona, Novo México, Utah, Wyoming e parte do Colorado ao EUA em troca de 15 milhões de dólares, é que a fronteira foi formando o contorno pela qual se conhece hoje. Nesse mesmo tratado, é definida a linha que demarca a fronteira entre México e Texas, que se tornou o 22º estado americano. Além de tais definições, o tratado definiu uma série de compromissos de garantia de direitos nos quais os mexicanos, agora incorporados aos EUA, teriam; mas, ao final, tais compromissos não foram ratificados pelo Senado Americano.

Com o Tratado de Mesilla (1853), a fronteira entre os dois países está conformada. Os EUA compram o resto do Novo México e Arizona, incorporando mais da metade do território do México. A justificativa para as incorporações reside nos interesses de reforçar as comunicações ferroviárias entre as duas costas oceânicas do sul do país, criando condições para a intensificação dos fluxos econômicos dessa territorialidade.

Segundo Garcia Mara (2005), embora finalizadas as tratativas territoriais, o que resta é a condição das pessoas que estão presentes nessas territorialidades e que passam a alimentar um sentimento de ódio e humilhação por terem sido vendidos pelo seu governo por interesses econômicos. O movimento é liderado por Antonio López de Santa Anna. Os mais de 100 mil cidadãos mexicanos, que estavam no novo território

americano, perderam suas propriedades, pois não foram reconhecidos pelos Estados Unidos, iniciando vários movimentos de rebelião que buscavam a reparação das terras perdidas.

Previsto no tratado, foi criada em 1889 a Comissão Internacional de Fronteiras e Águas (IBCW), com o propósito de supervisionar todos os aspectos relacionados às disputas da fronteira e o uso dos rios que compõem a fronteira (Rio Grande e Rio Colorado). Somente em 1962, com a visita do presidente americano Kennedy ao México, chegou-se a um acordo com a modificação do canal do Rio Grande, perto de El Paso e Ciudad Juárez. O acordo final previa a construção de uma ponte internacional entre essas duas cidades, delimitando a territorialidade fronteiriça.

Um fato interessante, na visão de Gutierrez Cassas (2009), é que ao longo da história dessa fronteira está o ano de 1942, após o início da Segunda Guerra Mundial, quando os dois países chegaram a um acordo para que 200 mil trabalhadores mexicanos, que estavam sendo utilizados como força de guerra, substituíssem os trabalhadores americanos na agricultura e nas indústrias. Essa foi uma das primeiras ações apoiadas pelo governo americano estimulando o fluxo de trabalhadores dessa fronteira.

O controle da fronteira não foi prioridade em décadas passadas, segundo Garcia Mata (2005), principalmente porque os EUA consideram a importância do imigrante como força de trabalho para o país. A origem do controle, como se conhece hoje, se dá a partir da década de 1990 com a operação Guardian, que tinha por objetivo recuperar a integridade e a segurança das fronteiras nacionais americanas. A partir desse período, começa a construção do primeiro trecho de muro entre o Oceano Pacífico e San Diego, o passo fronteiriço de San Isidro, em um total de oito quilômetros de extensão. O objetivo foi empurrar o fluxo migratório para o leste, onde a passagem é mais árida e de mais fácil controle pela polícia de fronteira.

Figura 1 – Parte do muro entre as cidades de El Paso e Ciudad Juárez

Fonte: UNAM (2018).

Entre os processos de controle fronteiriço, novas ferramentas tecnológicas são empregadas como o Texasborderwatch, onde os cidadãos são convidados a acompanhar em tempo real as imagens geradas pelas câmeras de segurança da fronteira e notificar possíveis transgressões ou violações na fronteira.

Outro ponto relevante, nessa fronteira, trata-se das cidades que se desenvolvem ao longo da extensão territorial da fronteira, as chamadas cidades gêmeas, que são comunidades onde uma cidade de um lado do limite de fronteira tem relação com a outra cidade do outro lado da fronteira, gerando uma área maior, separadas apenas por fronteiras administrativas. As cidades gêmeas não apresentam desenvolvimento

significativo quando comparadas a cidades em outras regiões do mesmo país, criando, portanto, um problema econômico na fronteira. No caso específico da fronteira México-EUA, as cidades americanas têm desempenho inferior quando comparadas a outras cidades do país. As cidades mexicanas apresentam dados melhores quando comparadas a outras cidades mexicanas, mas muito abaixo da realidade socioeconômica dos EUA. Tal fato se deve a políticas do governo para promover a territorialidade fronteiriça, sendo comprovados por dados de população e de emprego. Pode-se verificar nas tabelas abaixo, os dados de população e de população empregada nas principais cidades gêmeas da fronteira EUA – México (GUTIERREZ CASSAS, 2009).

Tabela 1 – Comparativo entre população e emprego nas cidades fronteiriças EUA – México

Cidade	População	Empregos
Tijuana – MEX	1.929.357	346.210
San Diego – EUA	1.208.331	390.213
Ciudad Juárez – MEX	1.420.242	331.623
El Paso – EUA	732.613	255.700
Nuevo Laredo – MEX	363.919	118.561
Laredo – EUA	219.760	75.700

Fonte: Gutierrez Cassas, 2009.

As cidades mexicanas da fronteira, na visão de Garcia Mara (2005), se desenvolveram economicamente por meio do fornecimento de itens proibidos nos EUA, como bebida e tabaco, a partir dos anos 1920, criando máfias organizadas para a venda ilegal de álcool. Posteriormente, a partir de 1965, é criado o Programa de Industrialização da Fronteira e que vai seguir na década de 1970 pelo "*Inbond Plant*", impulsionando os territórios mexicanos e favorecendo a implantação de indústrias na região com capital estrangeiro, sendo uma grande fonte de renda para o país até os dias de hoje.

Após os ataques de 11 de setembro de 2001, em Nova Iorque, ampliaram-se as políticas de proteção do território e de fronteiras por parte do governo americano, devido ao possível risco à segurança nacional. Com isso, aumentaram os controles de fronteira. A partir de 2006, inicia-se a construção de muros e cercas em vários trechos da fronteira com o objetivo de impedir as imigrações ilegais e o tráfico de drogas.

3.2 A fronteira entre Irlanda e Irlanda do Norte

A fronteira da Irlanda inicia o processo de conflito após a conquista da ilha pelos anglo-saxões, no século XII. Com a introdução da religião anglicana por Henrique VIII, a partir de 1541, gerou-se hostilidade na população nativa, pois professavam a fé católica. Outro fato, para dificultar as relações entre as populações fronteiriças, está na expropriação das terras que eram oferecidas a imigrantes protestantes de origem escocesa e inglesa.

Segundo Blackman (1991), a partir da promulgação das Leis Penais, em que se estabelecia uma clara marginalização de qualquer pessoa que não fosse da religião anglicana, os conflitos se intensificaram. No final do século XVII, começam as primeiras estruturas de republicanos católicos reivindicando maiores liberdades, impulsionadas pelas mudanças históricas que o mundo começa a passar. Diante desses protestos, o governo britânico estabelece, em março de 1797, a Lei Marcial, suprimindo qualquer tentativa de revolta

pela sociedade dos Irlandeses, e que teve como resultado uma ampliação das forças existentes contra o governo britânico.

Em maio de 1798, explode uma rebelião que se converteu em uma guerra civil, marcada por atrocidades e execuções sumárias por ambos os lados. Em 1800, o Ato da União é promulgado, com o qual a Irlanda dissolve o seu parlamento e se junta à Inglaterra para formar o Reino Unido, com a promessa de abolição das leis criminais discriminatórias e para obter a emancipação católica a partir da coroa inglesa, fato que não ocorreu na prática (CALAME, 2009).

Conforme Murtagh (2011), a partir do século XX se caracteriza de forma unilateral a criação de um parlamento irlandês que declara a independência da ilha, sem contar com a aprovação inglesa, dando origem a uma guerra de independência que termina em 1921, com o Tratado Anglo-Irlandês e prevê a criação de um Estado Livre Irlandês que cubra toda a ilha. A assinatura do tratado gera as primeiras reações do setor radical republicano que entende que o tratado não corresponde aos ideais pois, mesmo independente, o novo Estado da Irlanda tinha que jurar lealdade à monarquia britânica.

Outro importante tratado é o que permitiu as províncias do norte com a capital de Belfast se configurarem em uma territorialidade autônoma e que pertenceria ao Reino Unido, como efetivamente foi determinado em 7 de dezembro de 1922. Com isso, a Irlanda do Norte não deixa de fazer parte do Reino Unido. Em 1948, a república da Irlanda é declarada independente, saindo assim da coroa inglesa.

A partir dos anos 1920, ambos os países passam a viver um período de paz, apesar das contínuas exigências para a Irlanda do Norte se juntar à república da Irlanda. Os conflitos passam a existir a partir dos anos 1950 com grupos paramilitares irlandeses, principalmente, pela discriminação no campo de acesso ao trabalho e à habitação e pela exigência que essa territorialidade seja anexada à república da Irlanda. A escalada do conflito leva a mais de 3700 mortes até a cessação definitiva das hostilidades em 10 de abril de 1998, pelo

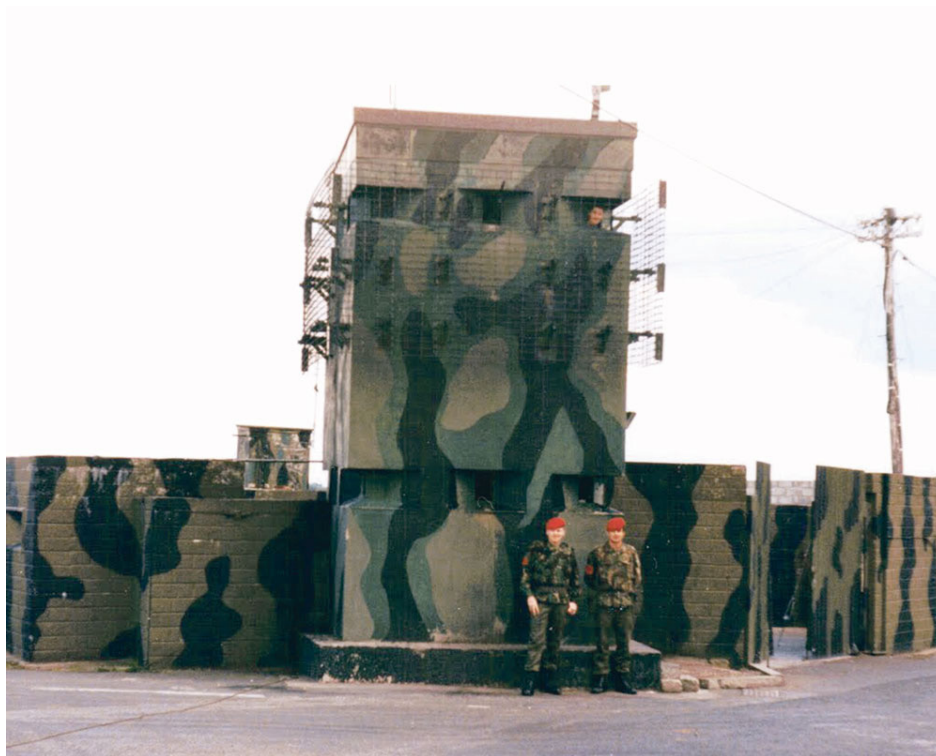
Acordo da Sexta-feira Santa (STERRETT, 2011).

Mesmo hoje, conforme aponta Murtagh (2011), é possível perceber barricadas, torres de vigia, controles de acesso estabelecidos pela presença militar e a necessidade de proteger os bairros residenciais de possíveis perturbações. Na região, a partir de 1969, foram construídas paredes divisórias, chamadas “linhas de paz” que dividem

trechos da fronteira.

Sterrett (2010) destaca que, apesar da evidência de reconciliação, há dúvidas sobre vários aspectos da vida diária, medo de se encontrar com estranhos, receio de se fazer deslocamento em bairros opostos, o que faz com que as medidas de proteção fronteiriça sejam realidade.

Figura 2 – Postos de Controle Fronteiriço



Fonte: TheIrishWorld (2018).

3.3 A fronteira Galícia (Espanha) – Norte de Portugal

Galícia e Portugal formavam, até o ano de 1128, uma mesma unidade territorial, cultural e política chamada de Reino da Galiza. No dia 24 de junho desse ano, após a batalha de São Mamede, deu-se a divisão do território e a formação de Portugal. Com Portugal independente, o Reino da Galícia mantém-se na Espanha, até o ano de 1833, quando desaparece juridicamente, pela unificação espanhola. No dia 21 de dezembro de 1980, é aprovado o Estatuto de Autonomia da Galícia, nascendo na Espanha a comunidade autônoma da Galícia e o Parlamento da Galícia

(DIAZ FERNANDEZ, 2006).

Segundo Dominguez (2013), o Tratado de Tui, do ano de 1137, foi o que consolidou a fronteira entre as duas regiões, separando a cidade de Tui (Espanha) e Valença (Portugal). Entretanto, não se pode esquecer o passado desse território como uma área territorial única e o compartilhamento de elementos culturais, linguísticos e sociais. A fronteira passa a ser estabelecida mais como elemento político do que elemento da natureza. Por esse motivo, a fronteira Galícia – Norte de Portugal sempre foi vista como um local aberto,

inclusive com políticas de integração e de transfronteirizações. A permeabilidade da fronteira ficou mais evidente com o contrabando de gado e de produtos alimentares, a partir de fazendas que ficavam próximas da divisão fronteiriça.

No aspecto linguístico, a proximidade entre as territorialidades pode ser observada pela língua oficial da Galícia, o galego, e a língua oficial de Portugal, o português. Ambas as línguas apresentam sonoridades e aproximações, o que facilita o processo de integração regional. Por muito tempo, o idioma galego ficou renegado a segundo plano pelo poder central espanhol e, somente após a concretização da autonomia da região, o idioma foi tornado oficial da administração pública e das universidades (FIGUEIREDO, 2013).

Outro aspecto que aproxima os territórios é sua vocação rural. Tanto no norte de Portugal como na Galícia, a produção agrícola está baseada em pequenas explorações familiares, com foco, principalmente, em atividades marítimas (pesca) e plantação de cereais.

Do ponto de vista cultural, há várias aproximações, como os ritmos musicais, modos de vestimenta e danças típicas. A cultura galaico-portuguesa é conhecida por fazer referências a elementos ecológicos ou naturalista, sempre relacionada à religião católica.

Na visão de Araújo e Alvarez (2014), a partir da criação da União Europeia, as políticas de transfronteirização e integração se intensificam, primeiramente pela adesão dos dois países ao Espaço Schengen, que prevê a livre circulação das pessoas entre os estados participantes e, depois, pela inauguração, em 1993, da ponte Tui-Valença, que une as duas regiões e que, simbolicamente, pôs fim à fronteira física ou natural formada pelo rio Minho.

Em 1986, a Galícia, segundo Cancela (2011), passa a fazer parte da Associação de Regiões Fronteiriças Europeias (ARFE), sendo a primeira comunidade autonômica a fazer parte desse órgão, que tem por objetivo o planejamento e a execução de políticas transfronteiriças, como forma de estabelecer estruturas de poder e de coordenação regional, ademais do poder nacional. Assim, a territorialidade transfronteiriça, articulada com a sociedade civil, passa a estabelecer representações próprias, celebrando acordos, criando e executando projetos de desenvolvimento e cooperações inter-regionais, não necessitando aguardar o poder central (ou nacional) para a consecução de políticas e projetos locais. Importante lembrar que ambas as regiões se encontram na periferia dos centros de poder e decisão de Portugal e Espanha.

Figura 3 – Ponte entre as cidades de Tui e Valença



Fonte: Jornal LC (2018).

A partir dessa associação, é criada a euronregião Galícia-Norte de Portugal, como instrumento de integração transfronteiriça, enfocando as políticas conjuntas de trabalho, saúde, mobilidade urbana, turismo e desenvolvimento econômico.

Atualmente, a população da euronregião está em torno de seis milhões e quinhentos mil habitantes (2016), em um território de 51 mil quilômetros quadrados. 43% dessa população vive na Galícia e o restante no norte de Portugal. Um dado importante para o território é que 22% da população da Galícia tem mais de 65 anos, mostrando o envelhecimento da população local e o aumento de gastos com saúde e previdência. Ambas as regiões apresentam graves assimetrias intrarregionais.

A população laboral da euronregião é de cinco milhões e quinhentos mil pessoas em idade laboral. Estima-se que de 5 mil a 10 mil trabalhadores atravessam diariamente a fronteira para cumprir sua jornada laboral no território do país vizinho. A Galícia apresenta taxas de desemprego maior (18,3%), quando comparada a Portugal (14,1%). O setor de serviços é o que mais emprega na territorialidade, seguidos da indústria e da agricultura. O PIB per capita na Galícia é de 21 mil euros e no Norte de Portugal 13 mil euros. As áreas mais dinâmicas em termos de emprego e produção são as áreas costeiras e litorais. As áreas interiores são mais deprimidas e com significativo abandono populacional (DOMINGUEZ, 2013).

Os intercâmbios de população entre Galícia e Portugal têm sido constantes e com o processo de industrialização, a partir dos anos 1960, se intensificou. Sem dúvida, a mobilização política institucional da euronregião tem sido favorecida pelo desaparecimento da fronteira e o desenvolvimento de estratégias conjuntas tanto para Galícia quanto para o Norte de Portugal. Em primeiro lugar, um amplo espaço de costas atlânticas tem possibilitado a busca de sinergias sem a existência de um limite político-administrativo. O comércio exterior, entre ambos os territórios, tem se multiplicado por mais de 20 vezes, desde 1986. Os investimentos estrangeiros diretos têm se ampliado da mesma forma. É possível identificar

grupos empresariais conjuntos (galegos e portugueses) e empresas galegas que se instalaram em parques empresariais do Norte de Portugal (TRILLO SANTAMARIA; LOI GONZALEZ, 2011).

Na área de turismo, a territorialidade apresenta diversas cidades consideradas pela UNESCO como Patrimônio Mundial da Humanidade, como Santiago de Compostela e Lugo (Galícia), Guimarães e Porto (Portugal), além da margem do rio Vinhateira do Alto Douro, o que dinamiza o turismo.

Outro fator que tem intensificado as trocas nessa euronregião é o corredor econômico contínuo entre as cidades de A Coruña e Porto, por meio das Rias Baixas desembocando no rio Douro. Por outro lado, na raia seca entre as cidades de Ourense e Alto Douro – Trás-os-Montes, a superação da fronteira tem favorecido projetos de desenvolvimento local e melhor nas infraestruturas de comunicação e mobilidade.

Segundo Trillo Santamaria e Loi González (2011), é possível identificar outros elementos que fazem parte desse contexto fronteiriço: a lembrança de ser, durante a Idade Média, uma área comum, a manutenção de várias estradas do Caminho de Santiago entre os dois países, a existência de uma língua originária comum galego-portuguesa que conserva uma coincidência léxica de mais de 90%, permitindo uma comunicação direta entre os habitantes dessa territorialidade, um nexos de união entre os povos, uma cultura com laços de irmandade e a existência de uma série de eventos e festivais conjuntos que reforçam o sentimento comum de cumplicidade transnacional.

O caso da euronregião Galícia – Norte de Portugal alcançou importantes resultados em importantes projetos e, estando outros em curso, ao nível das infraestruturas, ao nível do ambiente e recursos naturais, cooperação empresarial, cooperação científica e promoção do turismo. Nesse sentido, Cancela (2001) aponta que mais do que as realizações concretas e tangíveis, o mais relevante é que o trabalho realizado permitiu o desenvolvimento de um enquadramento político-institucional adequado para o desenvolvimento

e a intensificação da cooperação. É amplamente reconhecido que a eurrregião constitui um instrumento útil para ultrapassar as consequências negativas da existência da fronteira e melhorar as condições de vida dos cidadãos, bem como posicionar a territorialidade no contexto europeu e peninsular.

A partir desses exemplos, pode-se perceber que a ideia de fronteira necessariamente está ligada a limites, poder e controle, ou seja, uma barreira a ser superada para criar possibilidades de encontros de pessoas, regiões com o objetivo de ampliar a cooperação entre as nações. Corroborando essa ideia, caminha-se para uma compreensão da transfronteiricidade como a tentativa de superar os limites impostos por fronteiras, como está destacado na sequência.

Considerações finais

A temática das fronteiras precisa ser discutida dentro de uma lógica multidisciplinar, que considere as várias dimensões no qual ela está inserida. Os estudos normalmente privilegiam os enfoques geográficos ou históricos, sendo necessário ampliar a compreensão avançando nas áreas sociais e humanas. A mudança ao longo dos anos desse conceito de fronteira, da mesma forma, aponta para uma direção de mais discussões teóricas e práticas.

Dentro de um conceito de multiterritorialidade, pode-se perceber que as atuais fronteiras estão tendo seus papéis tradicionais revistos para diferentes tipos de uso e de definições. O objetivo deste artigo era trazer a discussão sobre a temática fronteira, dentro de um *corpus* contextual apoiado nos exemplos atuais de fronteira. As fronteiras caminham para uma realidade de maior integração onde o transfronteiriço amplia sua abrangência e novas formas de definir tal espaço serão necessárias. Desde o ponto de vista político, econômico, tributário, mas sobretudo do ponto de vista humano e social, essa nova realidade transfronteiriça torna necessários estudos aprofundados sobre a temática.

Desta forma, a discussão da temática fronteira deve estar presente em contextos interdisciplina-

res, tendo em vista as diferentes dimensões do atual conceito. A Geografia, a História, a Economia, o Direito, as Ciências Humanas e Sociais precisam se apropriar desta temática e engajar esforços acadêmicos no sentido de uma discussão mais ampla. No caso do Brasil, a fronteira representa uma faixa de 15,719 quilômetros de extensão, abrangendo 11 unidades da federação e 588 municípios fronteiriços, dados que refletem a premência e a relevância da discussão sobre fronteiras.

Se observamos os movimentos geopolíticos atuais, temos uma dupla e paradoxal condição. De um lado, movimentos de integração que visam a eliminação gradual das fronteiras, espaços de livre circulação de pessoas e de mercadorias, acordos nas áreas de trabalho, migração, saúde, mobilidade, dentre outros. Por outro lado, o mundo também emite sinais de protecionismo, fechamento de fronteiras, construção de muros, entre várias outras realidades. Qual prevalecerá no futuro e determinará como as fronteiras serão definidas? Está aí uma boa pergunta.

Referências

- ALVAREZ, R. R. J. The mexican-US border: The making of an anthropology of borderlands. *Annual Review of Anthropology*, n. 24, p. 447, 1993.
- ARAÚJO, J.; ÁLVAREZ, V. Redes de cooperação transfronteiriça, parcerias e desafios da governação local. *RACE, Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, v. 13, n. 3, p. 803-828, 2014. Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race>. Acesso em: 15 set. 2016.
- BLACKMAN, T. *Planning Belfast*. Aldershot: Avebury, 1991.
- CALAME, J.; CHARLESWORTH, E. *Divided cities*. Belfast, Beirut, Jerusalem, Mostar, and Nicosia. Philadelphia, E.E.U.U.: University of Pennsylvania Press, 2009.
- CANCELA O., C. La Eurorregión Galicia-Norte de Portugal: un escenario de cooperación territorial. *Eurorexión Galicia-Norte de Portugal*, n. 74, nov./ene. 2011.
- CARNEIRO, Camilo. *Transfronteirizações na Bacia do Prata*. Porto Alegre, 2016.
- CURY, M.J.F. *Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (TTI): interconexões, interdependências, interpenetrações nas cidades da Tríplice Fronteira de Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR)*. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

DÍAZ FERNANDEZ, J. A. Las relaciones transfronterizas Galicia-Región Norte de Portugal: estrategias para la dinamización del potencial de desarrollo endógeno de la eurorregión. *Revista de Desarrollo Rural y Cooperativismo Agrario (2006- 2007)*, Zaragoza, n.10, p. 291-308, 2007.

DOMINGUEZ, L. C. Asimetrías y puntos de encuentro: la raya entre España y Portugal (1991-2011). In: CASTRO, Luiz Domingues Castro (org.). *Estudio socioeconómico de la frontera entre Portugal y España*. Salamanca: RIET ediciones, 2013. p. 7-35.

FIGUEIREDO, A. M.; Leal, I. Diagnóstico da situação socioeconómica da fronteira Galiza - Norte de Portugal. In: *Estudio socioeconómico de la frontera entre Portugal y España*. Luiz Domingues Castro (Organizador). Salamanca: RIET ediciones, 2013. p. 37-137.

GARCIA MARA, V. *La planeación urbana en Ciudad Juárez*. Universidad Ciudad Juárez, México: Autónoma de Ciudad Juárez. ICSA – Coordenação de Investigación Científica, 2005.

GOTTMANN, J. confronting centre and periphery. In: GOTTMANN, J. (org.) *Centre and periphery – spatial variation in politics*. London: Sge Publications. 1980. p. 130-173.

GUTIERREZ CASAS, L. E. Ciudad Juárez en los sesenta: la estructura urbana en transición. *Nóesis*, Lisboa, Portugal, v. 18, n. 36, p. 128-154, 2009.

HAESBAERT, Rogério. Região e redes transfronteiriças em áreas de migração brasileira nos vizinhos do MERCOSUL. In: STROHAECKER, T.; DAMIANI, A.; SCHÄFFER, N. (org.). *Fronteiras e espaço global*. Porto Alegre: AGB, 1998, 109 p.

HAESBAERT, Rogério. *Viver no Limite*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HISSA, C. E. V. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2006.

INDOVINA, Francesco; CALABI, Donatella. Sull'uso capitalistico del territorio. In: LUSSO, G. (org.) *Economia e Territorio*. Milano: Angeli, 1974.

MURTAGH, B. New spaces and old in 'post-conflict' Belfast. In: *Conflictin Cities*. [S. l.], 2008. Disponível em: www.conflictincities.org/workingpapers.html. Acesso em: 12 jan. 2018.

MURTAGH, B. *Desegregation and place restructuring in the new Belfast Urban Studies*. In: *Conflictin Cities*. [S. l.], 2008. p. 1119-1135. Disponível em: www.conflictincities.org/workingpapers.html. Acesso em: 12 jan. 2018

NEWMAN, D. Boundaries. In: AGNEW, J. et. al. *A Companion to Political Geography*. 1. ed. Oxford: Basil Blackwell. p. 89-115, 2003.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1994.

RAFFESTIN, Claude. Autour de la fonction sociale de la frontière. *Espaces et sociétés*, n. 70-71, p. 157-164, 1992.

SAQUET, Marcos Aurelio; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 1, n. 31, p. 3-16, 2009.

SAQUET, M. A. *Por uma Geografia das Territorialidades e das Temporalidades*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SOUZA, E. A.; PEDON, N.R. Território e Identidade. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas*, v. 1, n. 6, p. 126-147, nov. 2007.

STERRETT, K., HACKETT, M.; Hill, D. Agitating for a design and regeneration agenda in a post-conflict city: The case of Belfast. *The Journal of Architecture*, n. 16, v. 1, p. 99-119, 2011.

TRILLO SANTAMARIA, Juan Manuel; LOIS GONZÁLEZ, Rubén C. La frontera como motivo de atracción: una breve mirada a las relaciones Galicia-Região Norte. Geopolítica(s). *Revista de estudios sobre espacio y poder*, v. 2, n. 1, p. 109-134, 2011.

Giuliano Silveira Derrosso

Doutor em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE), em Foz do Iguaçu, PR, Brasil. Mestre em Administração pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), em Maringá, PR, Brasil. Professor da UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-americana, em Foz do Iguaçu, PR, Brasil.

Endereço para correspondência

Giuliano Derrosso

Av. Tarquínio Joslin dos Santos, 1000

Jardim Universitário, 85870-901

Foz do Iguaçu, PR, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do autor antes da publicação.